



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE
AO CRIME ORGANIZADO**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2023
(Do Sr. Eduardo Bolsonaro)**

Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre a omissão do Governo Federal no dia 8/1; e sobre o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023 e as demais ações do governo atual relacionadas a armamento.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX^a., com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 117, II e 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre omissões e falhas na segurança e na proteção do patrimônio público decorrente dos incidentes do dia 08 de janeiro de 2023 e sobre o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023.

JUSTIFICAÇÃO

Em uma das primeiras ações do seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto que muda as regras para a aquisição e o registro de armas de fogo. O Decreto 11.366/23 limita o acesso a armas e munições no país, suspendendo a concessão de novos certificados de registro a caçadores, atiradores e colecionadores (CACs), restringe a quantidade de armas e munições que podem ser registradas por uma pessoa e suspende a possibilidade de registrar novos clubes e escolas de tiro.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE
AO CRIME ORGANIZADO**

As novas medidas adotadas pelo Governo têm causado impacto econômico negativo para o País. Clubes e escolas de tiros estão fechando ou precisando reduzir o seu quadro de funcionários. Além disso, atiradores esportivos estão sem munição para treinar.

Diante disso, é notório que o referido decreto afetou diretamente a atividade profissional de vários cidadãos e ainda pode comprometer seriamente a segurança pública do nosso País. Neste sentido, é preciso discutir as ações do atual Governo em relação à política de armas.

Também se faz necessário esclarecer a possível omissão do Ministro e a inércia das forças de segurança no dia 8 de janeiro, uma vez que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) enviou relatório, pelo SISBIN, no dia 7 de janeiro, para 48 Órgãos do Governo em 16 Ministérios avisando sobre os possíveis ataques e depredações em Brasília.

A fim de que o Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, elucide todas essas questões é que ingressamos com este pedido de Convocação, pois entendemos que é de extrema importância que ele se apresente nesta Comissão e preste os devidos esclarecimentos a esta Comissão e ao País.

Ressalta-se que, no dia 11 de abril de 2023, o referido Ministro compareceu, como convidado, na reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para discutir pautas como a política de armas do Governo Lula, omissões do Governo Federal cometidas no dia 8 de janeiro, entre outros assuntos.

No entanto, o Ministro não prestou tais esclarecimentos, uma vez que abandonou a reunião. Posto isto, mister se faz a convocação para que todos os questionamentos sejam respondidos, na medida em que remanescem várias lacunas sobre essas questões.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares a aprovação deste relevante Requerimento, a fim de que o Ministro preste os devidos esclarecimentos.

**Deputado Eduardo Bolsonaro
PL - SP**

